

CAMPUS

Nº 25

BRASÍLIA UnB • DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO . JORNAL LABORATÓRIO

AGOSTO, 79

REGIMENTO DA UnB VAI MUDAR

O Decreto-lei 477 vai desaparecer dos Regimentos da Universidade de Brasília tão logo sejam efetivadas as instruções da nova Portaria do Ministério da Educação e Cultura. Hélcio Saraiva, Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante do MEC fala dos direitos fundamentais do estudante, enquanto na UnB, o Decano de Assuntos Co-

munitários, Luiz Otávio Moraes, diz quais são as principais mudanças a serem feitas no Regimento. Ele compara, também, as normas da Portaria com o Regimento Geral da UnB e aponta os pontos concordantes e os divergentes. Informa, ainda, o que apresentou o 477 para os reitores.



O arealista Djalma Marinho explica porque apresentou sua emenda ao projeto de anistia: considerava os projetos do governo e da oposição segregadores.

Teatro Nacional só reabre ao público em 1980

O Teatro Nacional mais uma vez inaugurado em março deste ano, foi novamente fechado ao público logo no princípio de julho. Uma verba de mais de 80 milhões de cruzeiros foi liberada para a conclusão das obras.

O fechamento foi necessário para que não se prejudicasse a parte já concluída e o maquinário já instalado.

Em janeiro de 1980 o teatro será inaugurado pela terceira vez e a Fundação Cultural do Distrito Federal garante que, então, ele estará funcionando com toda a força.

Comércio de arte vai mal em Brasília

A falta de conhecimento e o desinteresse em arte por parte do público de Brasília tornam o mercado de arte instável e inseguro, afirmam Oscar Serraphico e Luiz Costa, proprietários de galerias de arte na capital.

Segundo os marchands, montar uma galeria de arte em Brasília é um péssimo negócio. Além da comercialização ser recente, o reduzido público que consome arte é constituído de pessoas que vieram dos grandes centros do país e ocupam cargos em comissão no Governo Federal.

Apoio à anistia não pretende novos partidos

Não foi a reformulação partidária, a opinião de seus eleitores ou outro enfoque político qualquer que levou 15 arenistas a contrariar a orientação de seu partido na votação do projeto de anistia do governo. Mesmo favoráveis a criação de novos partidos, os parlamentares justificaram seu voto alegando convicções pessoais, objetivando a pacificação da família brasileira e a reafirmação do valor do parlamento.

MDB teme o fim da classe dos políticos

Um grupo de parlamentares do MDB defende a tese de que acima da discussão em torno da criação de novos partidos, o Congresso Nacional deve voltar a sua atenção para uma questão de maior importância: a sobrevivência da própria classe política brasileira. Segundo esses parlamentares, a concentração e centralização do poder nas mãos do Estado estão levando à destruição da Federação e ao fim da autonomia dos municípios, ameaçando diretamente os políticos, que não mais teriam as suas bases de sustentação. Eles propõem como saída para esse problema uma ampla modificação na atual estrutura de poder.

Em Brasília custo de vida aumenta mais

De 1973 a 78 o custo de vida em Brasília subiu mais que no Rio ou São Paulo. Apenas em 1974 e em 1976 o Distrito Federal mostrou, no Índice do Custo de Vida (ICV), um aumento menor que as duas maiores cidades brasileiras. Segundo o economista Dércio Munhoz, Brasília tem uma tendência a desajustes nos preços ao consumidor. Esta tendência a desajuste reapareceu agora em agosto, quando o acréscimo do custo de vida nacional foi de 5,8%, e em Brasília a elevação foi de 6%. Para os economistas, a capital federal tem características econômicas próprias, uma vez que é um mercado dependente, que «importa» praticamente tudo. Com a crise do combustível, a situação de Brasília se agrava e a situação não é fácil.

Greve pode ser resultado da abertura política

O Secretário das Relações do Trabalho, Alencar Rossi, vê uma relação direta entre o aumento do número de greves e a abertura política. Mas esta não é a opinião de alguns professores da UnB, como Dércio Munhoz, do Departamento de Economia, para o qual não se pode dizer que sem a abertura o número de greves seria menor, uma vez que a própria abertura é resultado de vários tipos de pressão da sociedade.

VOTO PELA ANISTIA NÃO VISA REFORMAR PARTIDOS

A maioria dos dissidentes da Arena que votaram a favor da emenda Djalma Marinho, que tentava a ampliação do projeto de anistia proposto pelo governo desvincula seu voto da reformulação partidária. Apontaram como motivos de seu voto contrário à orientação do partido a conciliação da família brasileira e a pacificação nacional.

Os dissidentes contrariaram essa orientação, segundo eles, por convicções pessoais, não consultando seus eleitores ou qualquer outra fonte face ao projeto, por acreditarem que a maioria do eleitorado está alheia a essas questões políticas por falta de informações e sim, preocupada «com a anistia da fome», conforme frisou o deputado Paulo Lustosa (Arena-CE) favorável «a anistia ampla, geral e irrestrita». O próprio Djalma Marinho (Arena-RN) autor da emenda afirmou que seu projeto não tem relação com a reformulação partidária, mesmo porque diz não ter mais pretensões políticas.

Já o deputado Wilson Falcão, (Arena-BA), mesmo vendo seu voto como mostra de uma conscientização acima dos interesses partidários, admite que aguarda com ansiedade a criação de novas agremiações políticas, pois deseja filiar-se a um partido de centro esquerda que propicie uma melhor distribuição de renda, a seu ver um dos maiores males brasileiros.

«Se o presidente enviou o projeto a Câmara» — disse Ubaldo Dantas, (Arena-BA), «era para ser estudado e melhorado. O ministro da Justiça afirmou acreditar na independência dos arenistas para votarem como bem quisessem apesar do presidente do partido ter fechado questão sobre o assunto». Dantas foi criticado pelo governador do seu estado, Antônio Carlos Magalhães por não ter seguido sua orientação e ter votado em favor da anistia ampla e foi também o único que reconheceu ter levado em conta a reformulação partidária ao votar, pois sabe que na Arena não fica.

Mesmo não vendo relação entre a anistia e a criação de novos partidos, os deputados concordam em um ponto: que a dissolução dos partidos é uma necessidade, pois os atuais já estão superados, por terem surgido de cima para baixo, em um momento difícil, e já cumprido seu papel. Porém a maioria não quis se definir quanto a sua preferência em relação aos novos partidos, ressaltando que «em política não se raciocina em cima de hipóteses».

Paulo Torres (Arena-RJ) atribuiu seu voto favorável a emenda ao fato de ter sido anistiado após participar da revolução de 1922, e vê como principal falha do atual projeto a volta dos punidos aos cargos que ocupavam anteriormente, sem direito às promoções que fariam jus durante a sua ausência. Citou o exemplo de Eduardo Gomes e Juarez Távora, que foram anistiados posteriormente tiveram oportunidade de se reintegrarem à vida nacional.

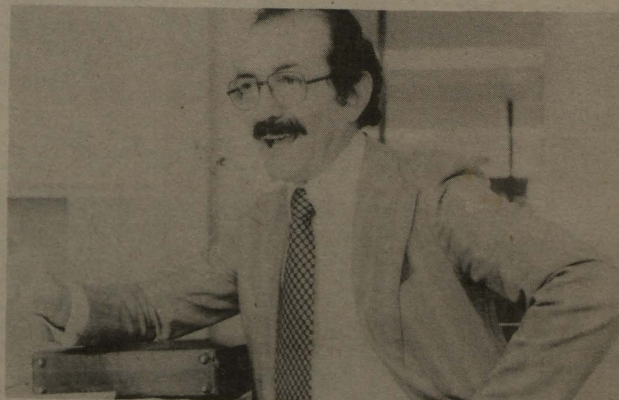
José Ribamar Machado (Arena-MA) foi favorável a emenda por «questão de coerência». «Votei a favor do divórcio, contra eleições indiretas, contra prorrogação de mandatos e contra os senadores bionicos. Pois, vejo a política não como arte de difamar os homens mas sim elevá-los tornando-os menos sofrendores. Prefiro não ser deputado a ter que me desmoralizar, disse».

Segundo Paulo Lustosa (Arena-CE) seu voto favorável a ampliação da anistia deve-se a sua posição de democrata autêntico que queria com o seu voto reafirmar o valor do parlamento, «um pseudo poder atualmente». Acrescentou, ainda, que espera para breve um indulto, para que todos sejam atendidos, em vez de se cometerem injustiças — ainda mais, lembra, porque a vinda de políticos como Leonel Brizola e Miguel Arraes pode trazer maior instabilidade ao país do que a liberdade dos garotos que ficaram presos.

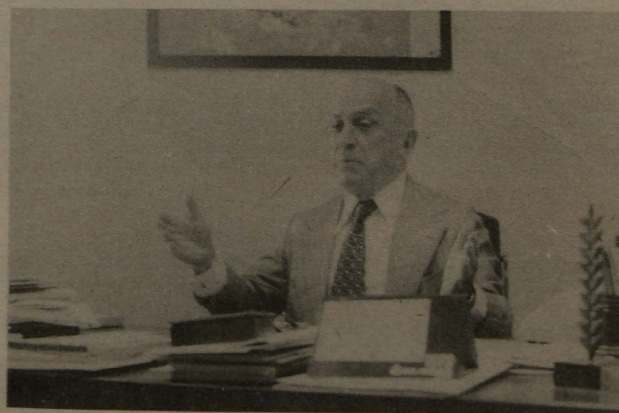
Roland Stilles e Carlos Magno Lisboa



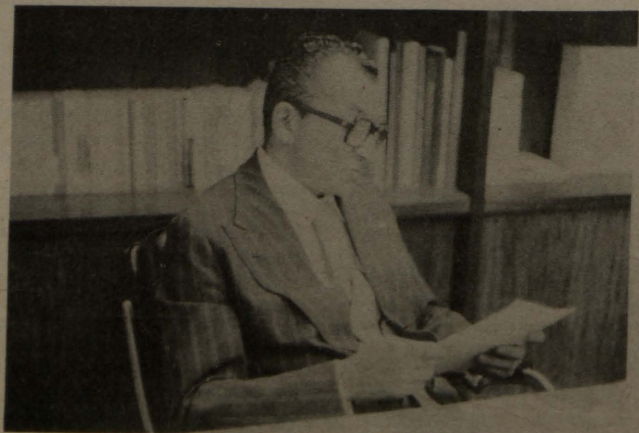
Wilson Falcão aguarda um partido de centro-esquerda



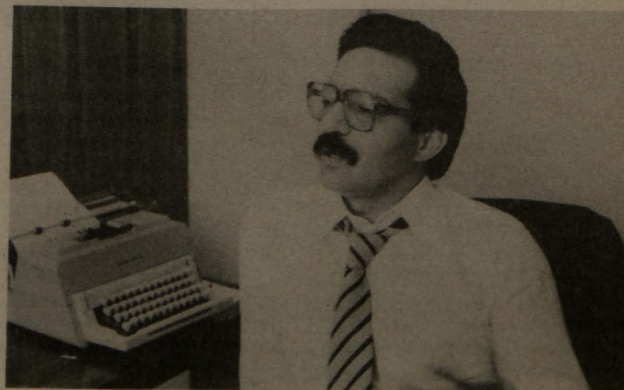
Ubaldo Dantas: sei que na Arena não fico



Paulo Torres quer a reintegração dos anistiados à vida nacional



Ribamar Machado: prefiro não ser deputado a ter de me desmoralizar



Paulo Lustosa: os eleitores querem a anistia da fome

MDB prevê fim da classe política

Um grupo de parlamentares do MDB afirma que o que está em jogo no atual momento político brasileiro não é simplesmente a questão da reformulação partidária, assunto que praticamente tem dominado os debates no Congresso. Esses parlamentares vão mais longe, defendendo a idéia de que mais importe que novos partidos é a discussão sobre a sobrevivência da própria classe política nacional, ameaçada, segundo eles, pela concentração e centralização do poder promovidas pelos governos revolucionários. O grupo defende a tese de que essa atitude do Governo central está levando à destruição da Federação e ao fim da autonomia dos municípios, base de sustentação política do Parlamento. Desse modo, no seu entender, mais cedo ou mais tarde, a atual classe política brasileira chegará ao fim.

Preocupados com tal perspectiva, senadores e deputados do partido oposicionista mobilizam-se no Congresso, com objetivo de conscientizar os companheiros de legenda e até mesmo os da Arena de que tão ou mais importante que a reformulação partidária é o debate em torno da sobrevivência da classe política do país. Esses parlamentares propõem, ainda, como única solução viável para o problema um amplo movimento a favor de modificações profundas, através de reforma constitucional, na atual estrutura de relação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, marcando, segundo eles, pela excessiva centralização do primeiro.

DEMOCRACIA

Integrante desse grupo, o deputado Luiz Felipe de Oliveira Penna (MDB-RJ) afirma que não há questão mais importante no atual momento político porque passa o país que a discussão da democracia, principalmente no que se relacione com a divisão dos poderes. "Não pode haver democracia — salienta — com um dos poderes — o Executivo — assumindo o poder dos outros". E acrescenta: "Esse aspecto tem sido abordado por diversos políticos que acentuam como vital o restabelecimento dos poderes do Congresso e as prerrogativas do Judiciário".

Para Felipe Penna, os poderes não são hoje independentes e a ação do Legislativo é "extremamente" limitada. "Para comprovar este fato, basta verificar o que ocorre com toda

matéria — econômica, financeira ou fiscal. Como acha que o Congresso não tem competência para legislar, o Executivo usa e abusa dos Decretos-Leis".

A partir desse ponto de vista, o deputado emedebista defende uma ampla reformulação na estrutura de poder. "Não pode haver democracia representativa sem que ocorra uma divisão de poderes no sentido vertical. O poder da União não pode ser absoluto, aniquilando o poder dos Estados e municípios".

Afirmando que a questão da divisão dos poderes no que se refere à questão "fundamental" do restabelecimento da Federação e autonomia dos municípios transcende a própria discussão em torno da reformulação partidária, Felipe Penna indaga: como pode haver democracia e partidos políticos independentes se todos os governadores sem exceção, seja de que partido for, estão de pires na mão? Como pode haver autonomia municipal se todos os prefeitos estão pressionados financeiramente pela escassez de recursos e administrativamente pela forma particular pela qual estes recursos lhes são efetivamente entregues?

SOBREVIVÊNCIA

No entender do parlamentar, esse não é um problema tributário. "Trata-se de um problema político que se liga à própria sobrevivência da democracia. Portanto, o que está em jogo não são o MDB, a Arena, o PTB, o PT ou o PCB, mas sim a própria sobrevivência da classe política, que não pode florescer sem liberdade".

Felipe Penna diz que diante dessa "sombria" perspectiva, o problema só poderá ter solução a partir do Congresso. "No momento em que nós, parlamentares, nos conscientizamos de que a destruição da Federação e do que resta da autonomia dos municípios implica na deterioração ou mesmo destruição da classe política, haverá um consenso de que a única saída que nos resta é uma total reformulação na atual estrutura de poder, caracterizada pela concentração e centralização promovidas pelo Executivo".

MODELO

Mostrando-se otimista com relação a uma posição firme por parte dos parlamentares em defesa da classe política brasileira — "o Executivo vai ter que recuar, pois a estrutura excessivamente concentradora é altamente ineficiente e o peso dessa ineficiência está lhe caindo na cabeça, vide as úl-

timas eleições" — o oposicionista passa a criticar o modelo econômico adotado pelos governos pós-64. "produto da concentração de poder nas mãos da União, do Executivo e da Presidência da República. Triplice concentração totalmente desnecessária em um regime efetivamente democrático".

"Os governos revolucionários — prossegue — preferiram, na parte econômica, lidar com algumas dezenas de empresas multinacionais e outras de estatais, instrumentos que julgavam mais fáceis de serem utilizados no que lidar com a realidade brasileira de cinco milhões de empresas agrícolas e milhões de empresas privadas nacionais".

Para Felipe Penna, a concentração dos recursos públicos, apesar de ser um meio de controle mais rígido das despesas de um município, por exemplo, é "extremamente" ineficiente em um país de dimensões continentais como o Brasil. "O governo central não tem capacidade para decidir sobre tudo nesta nação. Aqui entra a importante questão da autonomia dos municípios. É fundamental que os prefeitos tenham realmente um peso específico na relação de poder. Não é possível que os Estados, que a Federação continue a existir apenas no papel".

O deputado reconhece, por outro lado, que a política econômica seguida pelo regime proporcionou uma acusação de poupança interna. "Mas, a concentração de poder nas mãos do Estado não gera e nem pode gerar a possibilidade de democracia; pelo contrário, o aumento de acumulação nos moldes estatais cria condições favoráveis ao totalitarismo. Não se pode cair nesta equação ingênua: propriedade privada — sistema capitalista, logo propriedade pública — sistema socialista. Isto não se segue necessariamente, basta ver o caso do Chile, país mais estatizado da América Latina, e da Alemanha nazista".

Mais uma vez, Penna volta à questão da democracia. "O processo econômico passa a ser de desenvolvimento econômico-social na medida em que há uma crescente participação do povo nas decisões políticas. A concentração da renda tributária é orietação oposta a esta, é a idéia de que é possível um crescimento econômico sem a mínima participação das massas no processo".

TRABALHO

Afirmando que a partir de 64 houve uma desmobilização política para atender as necessidades dos centros de decisão, o que, no seu entender, acarretou uma desmobilização econômica relativa — "para comprovar isto basta atentar para que o magno problema social do Nordeste e de outras regiões está ligado ao subemprego" — Felipe Penna diz que não há uma concentração de esforços por parte do governo no sentido de definir uma política que venha a proporcionar emprego para todos os brasileiros. "Há toda uma legislação sobre direitos e deveres para os que trabalham, mas não há direito ao trabalho para todos."

No entanto, segundo o deputado, a solução desse problema não pode vir por meio das empresas multinacionais; "já que sua tecnologia não é altamente absorvedora de mão-de-obra, muito pelo contrário, como regra geral, é altamente absorvedora de capital". O problema também não poderia ser resolvido, de acordo com Felipe Penna, pelas empresas estatais, "pois estas geralmente copiam a tecnologia internacional e também funcionam com alta concentração de capital".

Para o emedebista só restam, para equacionar o problema, "como instrumentos possíveis de uma política econômica democrática", os milhões de empresas privadas nacionais, "que, embora acumulando hoje uma pequena parcela do total interno, absorvem a maior parte da mão-de-obra do país".

APOIO

Acreditando que o atual sistema de poder no Brasil está condenado "à falência", pois aqueles que ainda o apoiavam, em troca de recursos do governo federal, "já começaram a retirar esse apoio, tendo em vista que a ineficiência da centralização tem reduzido substancialmente esses recursos relativamente às necessidades e expectativas", o parlamentar "fecha" a sua análise voltando a bater na tecla da necessidade de se promover modificações profundas na estrutura de poder vigente no país. "A luta tem que ser desencadeada no Congresso, mas por outro lado, tem que receber o apoio de todos os setores sociais interessados nessa mudança estrutural, pois, caso contrário, cairíamos na ingenuidade de Giordano Bruno, que pensava que poderia propor ao poder uma reforma do poder".

Marcus De Lamonica

VIVER EM BRASÍLIA É MAIS CARO

públicos e de utilidade pública.
POR QUE É MAIOR
Que características tem esta cidade para estar incluída nos

mais altos índices de preços ao consumidor ao lado de grandes metrópolis como Rio e São Paulo? Uma rápida olhada no

distrito Federal mostra a principal razão. Brasília praticamente não produz. O setor de indústria, como algumas

O índice do custo de vida, em Brasília, tem aumentado em proporção superior aos índices do Rio e de São Paulo, mostrando que Brasília tem aspectos econômicos diferentes das outras cidades brasileiras. No ano passado, por exemplo, enquanto Rio e São Paulo tiveram respectivamente um aumento de 38,1% e 39,9%, Brasília apresentou um acréscimo de 47,2% no índice do custo de vida.

Dos itens que compõem o índice do custo de vida (ICV) em Brasília, alimentação é o fator que maior pressão tem exercido para aumentar o índice total. O peso dos diversos itens no cálculo final do ICV pode variar de cidade para cidade, mas na maioria das vezes o componente de maior influência é a alimentação. Em Brasília, o consumo de alimentos representa 55,6% dos gastos das famílias. Isso mostra que qualquer elevação neste setor altera de modo significativo o índice geral. O fator alimentação pode ser subdividido em: produtos industrializados, produtos de elaboração primária e produtos «in natura». Apesar das indústrias estarem todas muito distantes de Brasília, não são porém os produtos industrializados que vêm sofrendo maior aumento e sim os de elaboração primária — carne e leite — e os «in natura» — frutas, legumes e hortaliças.

O segundo grande grupo em importância no orçamento familiar é o de produtos não alimentares. Neste estão computados os gastos da família com artigos de vestuário, de residência, assistência à saúde, higiene e produtos de caráter pessoal. Este item, produtos não alimentares, tem contrabalançado o índice final do custo de vida. Os aumentos têm acontecido também, mas de maneira mais lenta e linear.

O terceiro grupo em que, segundo a CODEPLAN (Cia de Desenvolvimento Planalto Central), as famílias mais têm gasto seu dinheiro é o de serviços públicos e de utilidade pública. A importância deste setor tem aumentado muito de um ano para cá, quando em muitos meses este foi o fator que mais pressionou o número final do custo de vida. Os aumentos registrados nas tarifas de energia elétrica, nos táxis e nas passagens de ônibus foram os responsáveis pela elevação dos gastos da família com o grupo serviços

— DISTRITO FEDERAL: Índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor) Segundo a Classificação Padronizada
BASE: 1973 - 1975 = 100.

PERÍODO	GERAL	ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO				ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	PRODUTOS NÃO ALIMENTARES	SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA	OUTROS SERVIÇOS
		GERAL	PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	PRODUTOS DE ELABORAÇÃO PRIMÁRIA	PRODUTOS "IN NATURA"				
1973	74,0	71,6	73,7	68,9	73,6	78,9	77,7	75,1	74,4
1974	98,1	98,8	100	103	92,0	94,1	97,9	95,6	96,5
1975	128	130	126	128	134	127	124	129	126
1976	179	186	175	155	244	181	167	177	153
1977	261	273	252	211	398	240	246	235	221
Janeiro	218	226	215	177	315	215	205	210	182
Fevereiro	225	234	222	182	329	216	212	214	188
Março	235	247	230	186	368	224	220	215	195
Abril	244	258	238	190	398	232	228	218	200
Maio	252	267	245	202	401	232	237	219	207
Junho	260	274	254	209	407	233	243	235	213
Julho	266	279	259	215	405	235	249	243	224
Agosto	273	286	266	223	410	242	255	250	232
Setembro	279	292	267	228	424	242	262	251	244
Outubro	285	297	274	232	427	249	268	253	250
Novembro	293	305	277	240	440	277	279	254	256
Dezembro 1978	301	311	278	245	459	283	289	259	259
Janeiro	315	329	284	262	494	283	297	282	271
Fevereiro	327	343	290	280	515	284	307	294	277
Março	341	359	293	292	565	293	317	306	291
Abril	348	366	300	300	568	295	323	311	299
Maio	359	381	313	314	583	326	331	320	307
Junho	375	404	327	339	615	326	339	323	314

O mais importante nestas duas tabelas da CODEPLAN, é que mostram a diferença entre os itens usados para compor a classificação tradicional e a padronizada. Pelas

tabelas vê-se que, na tradicional ou na padronizada, o fator que mais tem pressionado o ICV é a alimentação. A base 1973-75 = 100, indica que para cada 100 cruzeiros que se gastava

com o componente alimentação no domicílio, por exemplo, neste dois anos, em junho de 78 precisava-se de mais de 400 cruzeiros para obter os mesmos produtos.

— DISTRITO FEDERAL: Índice de Custo de Vida (Preços ao Consumidor) Segundo a Classificação Tradicional.
BASE: 1973 - 1975 = 100.

PERÍODO	GERAL	ALIMENTAÇÃO NO DOMICÍLIO	ALIMENTAÇÃO FORA DO DOMICÍLIO	VESTUÁRIO	HABITAÇÃO	ARTIGOS DA RESIDÊNCIA	ASSISTÊNCIA À SAÚDE E HIGIENE	DESPESAS DE CARÁTER PESSOAL	SERVIÇOS PÚBLICOS E DE UTILIDADE PÚBLICA
1973	74,0	71,6	78,9	81,7	82,3	75,8	81,4	71,2	75,1
1974	98,1	98,8	94,1	97,7	96,4	99,9	95,3	95,9	95,6
1975	128	130	127	120	121	124	123	133	129
1976	179	186	181	168	162	165	166	176	177
1977	261	273	240	250	217	244	243	259	235
Janeiro	218	226	215	212	186	200	201	217	210
Fevereiro	225	234	216	217	190	205	209	228	214
Março	235	247	224	222	196	219	213	237	215
Abril	244	258	232	233	198	224	221	244	218
Maio	252	267	232	242	202	223	232	251	219
Junho	260	274	233	244	205	242	240	259	235
Julho	266	279	235	255	220	248	246	263	243
Agosto	273	286	242	258	228	257	254	268	250
Setembro	279	292	242	266	240	267	264	270	251
Outubro	285	297	249	276	244	276	269	273	253
Novembro	293	305	277	281	248	281	280	293	254
Dezembro 1978	301	311	283	296	249	284	289	310	259
Janeiro	315	329	283	298	255	299	297	319	282
Fevereiro	327	343	284	309	260	304	307	331	294
Março	341	359	293	319	268	318	317	346	306
Abril	348	366	295	320	274	326	327	352	311
Maio	359	381	326	329	280	337	332	357	320
Junho	375	404	326	333	284	346	350	363	323

exceções, não é mais que o depósito das principais indústrias do Rio e de São Paulo. Brasília é o que o economista Ramonaval chamou de um «mercado de sobras». Um mercado que se abastece com produtos vindos de todas as regiões do país. Um mercado que não produz para si. Um mercado dependente.

Como não tem um alto índice de custo de vida quando se arca com o custo de vida das cidades que a abastecem? O consumidor que compra uma mercadoria em Brasília está pagando o preço pelo qual ela saiu ao produtor, com todo o custo de vida da sua cidade, mais o transporte, o combustível, a estocagem e tantos outros impostos.

A produção de alimentos na área geoeconômica do distrito Federal não é significativa. Com a crise do combustível o problema de Brasília se agrava. O aumento no combustível traz uma elevação nos preços dos produtos vindos de outras cidades.

No entanto, não se pode dizer que Brasília terá sempre um índice de custo de vida maior que Rio ou São Paulo, só porque dependemos da maioria dos produtos daquelas cidades. Segundo o economista Dércio Munhoz, «não existe uma cidade em que o custo de vida seja sempre maior que outras».

Em 1974, e em 1976 Brasília teve um aumento no índice de

custo de vida menor que Rio e São Paulo. Em 1974, o aumento no Rio foi de 33,8%, em São Paulo de 33,0% e Brasília registrou uma elevação de 32,1%. Em 76, quando Rio e São Paulo tiveram um aumento de 44,8% e 38,1%, respectivamente, Brasília apresentou um acréscimo de 34,9% no custo de vida.

Fatores previsíveis e imprevisíveis podem pressionar o custo de vida para cima ou para baixo. A variação verificada no primeiro trimestre do ano, em todas as cidades, por exemplo, é previsível. Ela é uma variação sazonal (que deve se repetir no começo do segundo semestre), decorrente de fenômenos climáticos, como o excesso ou a escassez de chuvas, e que tende a elevar o preço das mercadorias.

«Não se pode negar, porém, que o ICV de Brasília, vem aumentando muito nos últimos anos. Este aumento se explica facilmente por ser Brasília um mercado dependente. A crise internacional de combustível vem afetando particularmente a capital federal.

Cada elevação no óleo diesel provoca um aumento no custo dos transportes, que por sua vez pressiona para cima o preço final da mercadoria. Este é o maior problema da cidade atualmente. A distância de Brasília dos demais mercados produtores, é o principal fator que tem elevado o preço dos

dos alimentos e que tem como consequência levando o custo de vida a altas taxas de aumento.

A crise do combustível está aí, tende a se agravar cada vez mais, e em Brasília o consumidor praticamente precisa do combustível para comer.

SOLUÇÃO

Para o economista Dércio Munhoz os aumentos do custo de vida em Brasília não chegam a ser alarmantes. Segundo ele, a cidade tem apenas uma tendência a desajuste, por suas próprias características e tem sofrido uma pressão adicional com os sucessivos aumentos nos combustíveis. Belo Horizonte é para o professor Dércio um caso muito mais sério que Brasília. Há três anos consecutivos a capital mineira vem indicando aumentos no ICV muito superiores aos das outras cidades brasileiras. Dércio Munhoz considera o caso de Belo Horizonte digno de estudo — «Não é normal uma cidade estar há três anos consecutivos com o índice do custo de vida superior às outras».

A solução para a tendência de aumento no custo de vida do Distrito Federal, não é muito fácil, e não será conseguida a curto prazo. A medida que, para muitos, trará melhores resultados, é a implantação efetiva de um cinturão verde na área geoeconômica do Distrito Federal, uma vez que a

grande dificuldade não está nas roupas e móveis que se «importa», mas na alimentação, que tem um peso muito maior sobre o consumo. A respeito da eficácia desta medida, Dércio Munhoz esclarece: «Com a crise do combustível, Brasília está tendo a oportunidade de ativar a produção local, mas isto não significa que a produção local seja a solução, pelo menos a curto prazo, para o problema do alto custo dos alimentos em Brasília». Dércio Munhoz explicou que a produção local só será vantajosa, se o produtor conseguir entregar a mercadoria a um preço menor que o cobrado pelos mercados do Rio e São Paulo. Para isto o custo final de sua produção tem que ser menor que o custo de produção em outros mercados, mais os gastos com o transporte. Brasília pode a médio e longo prazo se tornar independente economicamente.

Para o economista Ramonaval, uma reformulação na política econômica do Governo do Distrito Federal, é o primeiro passo a ser dado para tornar Brasília um mercado mais independente. Ele acha indispensável que se faça pesquisas, análises e estudos provando que realmente é preciso investir mais na independência econômica da cidade, do que em obras viárias como vem sendo feito atualmente em Brasília.

COMO CALCULAR O ÍNDICE DO CUSTO DE VIDA

O índice do custo de vida é calculado a partir de uma pesquisa de orçamento familiar. Nesta pesquisa, é preciso que se defina a população a ser estudada. A pesquisa pode analisar os gastos de famílias de várias faixas de renda, mas, no caso de Brasília, o ICV é calculado com base nos gastos dos dois terços dos habitantes de menor renda do Distrito Federal.

Definida a população a ser analisada, é feita uma pesquisa de campo que mostrará como estas famílias gastam seu dinheiro. Desta distribuição da renda familiar, tira-se o peso que cada item terá no cálculo final do índice do custo de vida. Isto é, se a maioria das famílias gasta a maior parte de sua renda com alimentação, é natural, que este componente tenha um peso maior que o item vestuário,

por exemplo.

Duas classificações são usadas no ICV: a tradicional e a padronizada. Falando sobre a diferença entre as duas classificações, o economista Dércio Munhoz, esclareceu que a tradicional leva em conta a demanda, isto é, se dirige diretamente ao consumidor. Ela mostra onde o consumidor vem colocando seu dinheiro. Já a classificação padronizada interessa mais ao governo. Ela analisa o comportamento dos diferentes setores da economia, mostrando que setores estão pressionando mais fortemente os custos.

As duas tabelas são diferentes apenas na classificação dos itens. O resultado final das duas é exatamente o mesmo, quer o enfoque esteja sendo dado no consumidor, quer ele esteja nas fontes que pressionam os custos.

	RIO	S. PAULO	P. ALEGRE	B. H.	
1973	13,7	14,0	21,1	13,2	23,0
1974	33,8	33,0	28,7	34,1	32,1
1975	31,2	29,3	35,5	35,8	34,9
1976	44,8	38,1	34,1	49,3	34,9
1977	43,1	41,1	41,8	67,2	45,7
1978	38,1	39,9	35,5	52,5	47,2

Esta tabela mostra como o índice do custo de vida vem aumentando, de 73 a 78, em cinco cidades brasileiras. Nota-se que apenas em 74 e 76, Brasília teve um aumento menor que Rio e São Paulo. Outro dado importante que a

tabela apresenta é que Belo Horizonte, desde 74 tem mostrado um aumento no IVC muito maior que as outras cidades. O custo de vida em Belo Horizonte chegou a crescer 67,2% em 77.

Com abertura aumentam as greves

«Associo os movimentos grevistas diretamente à abertura política», diz Alencar Rossi, Secretário das Relações do Trabalho, ao explicar que através dela maiores canais de reivindicações foram abertos. Essa opinião é contestada pelo professor Dêrcio Munhoz, do Departamento de Economia da UnB, para o qual não se pode dizer que sem abertura houvesse um número menor de greves, pois o fato de haver abertura já representa uma conquista da sociedade.

«É possível que as categorias, ao reivindicar, tenham em vista as evidentes disparidades de renda», diz o professor Fernando Correia Dias, do Departamento de Ciências Sociais da UnB. «Mas a motivação principal é a necessidade imediata, diante da elevação constante do custo de vida. A consciência desses fatos impulsiona o movimento e dá aos trabalhadores a certeza de que a greve é um instrumento válido e eficaz. Não podemos, entretanto, desligar esse fenômeno da abertura política que se esboça e dá os primeiros passos. A democracia, a ser conquistada plenamente, é o regime político que permite a expressão dos conflitos, é também o sistema adequado para canalizá-los e superá-los. E do confronto democrático que nascem novas formas de convivência social».

Para o professor Pedro Demo, do Departamento de Ciências Sociais da UnB, o problema não pode ser posto em termos de abertura política e aumento de concentração da renda, por dois motivos. Primeiro, porque a questão é muito abrangente; segundo, porque, embora não se possa dar muito crédito às estatísticas, elas sempre oferecem algum dado, e, no caso, embora mostrem que houve um aumento de concentração de renda no País, de 60 até 73, desse ano a 76, revelam que diminuiu o número de pessoas que ganham menos que o salário mínimo, ainda que este número seja pequeno.

E difícil saber se haveria greve em abertura política na opinião do professor Lívio de Carvalho, Chefe do Departamento de Economia da UnB, porque pode ser que o governo esteja se «adiantando ao processo», fazendo as coisas «na base do concedido». Talvez ainda hoje o governo pudesse reprimir as greves, mas as «consequências poderiam ser piores», no que diz respeito à manutenção do statu quo. Deste modo, se o governo perceber que as medidas tomadas de uma certa maneira são suficientes para mantê-lo na posição em que se encontra, não hesitará em aplicá-las indefinidamente.

Já o professor Dêrcio Garcia Munhoz acredita que a própria existência de um processo de abertura política revela uma conquista da sociedade, se for considerado que ela «não caiu do céu», mas resultou de vários tipos de pressão. Deste modo, não acha que se possa dizer que sem a abertura política haveria um número menor de greves.

Quanto à questão da concentração da renda, vê dois lados. Em primeiro lugar, lembra, «as estatísticas não levam em conta muita coisa importante». Citando exemplo, o professor Munhoz fala da possibilidade de se mostrar numa estatística que uma pessoa passou a ganhar um salário mínimo e meio, ao invés de um, por exemplo, sem se considerar

que esta pessoa possa ter-se transferido do campo para a cidade. Isso faria com que ela, antes sem despesas com aluguel, transporte, pois (trabalhava no próprio lugar de moradia), comida (podia alimentar-se com parte de sua produção, ou talvez pudesse receber algum tipo de ajuda do patrão para o qual trabalhava), tivesse que gastar muito mais agora. Não se pode esquecer também que, se a renda aumentou, a inflação também subiu.

O outro lado seria o de que a concentração de renda foi o resultado do modelo político pós-64, que impediu a livre reivindicação. Assim, cada vez mais, as classes ricas puderam deter as rendas mais elevadas, enquanto as classes pobres, impedidas de reivindicar, ficaram à margem. E acrescenta: «Muitos pensam que a solução seria uma diminuição do crescimento demográfico. Seriam distribuídas pilulas anticoncepcionais para a população e o problema estaria resolvido, porque, havendo um número menor de trabalhadores, os salários seriam mais altos. Mas não é só quem tem muitos filhos que tem problemas de salário. Além disso, pode-se citar os Estados Unidos, que têm um baixo crescimento demográfico e também um grande contingente de desempregados, não porque os salários sejam baixos, mas porque há um enorme poder de organização sindical».

Apesar das divergências quanto ao problema da relação entre greves, abertura política e aumento da concentração de renda, há um consenso à autonomia sindical.

SINDICATOS

«Quem faz greve — ressalta o professor Pedro Demo — não é o pobre, não é a professora rural, que ganha menos que o salário mínimo. Quem faz greve é metalúrgico, é professor do Rio.» E mais: «Só as categorias é que têm um certo nível de estabilidade e de conscientização política, é que fazem reivindicações».

Neste aspecto, esclarece o professor Dêrcio Munhoz que mesmo as classes que não são organizadas, como os empregados da construção civil e os comerciários, estão reivindicando. Contudo, é preciso uma maior conscientização, porque muitos usam a greve para exigir que deixem de ser trabalhadores fantasmas, ou para terem suas carteiras assinadas com o valor real do salário. E não exigem, por exemplo, o salário de reposição, isto é, a garantia de que, conseguido um aumento, o patrão não possa despedir um empregado que tenha direito a esse aumento e empregar um outro por um salário menor.

O modelo econômico, a partir de 64, ou seja, um modelo que levava a uma contenção salarial, segundo o professor Lívio de Carvalho, fez com que houvesse necessidade de um modelo político que o garantisse, daí a tutela dos sindicatos. Concorda com o governo quando este diz que, sem a tutela, muitos sindicatos pequenos deixariam de existir a curto prazo. «Mas quem é que garante que, a longo prazo, os sindicatos menores não se organizariam?»

A autonomia sindical talvez diminuisse a insatisfação social também na opinião do professor Fernando Dias, quando diz que: «Certo tumulto passageiro que se nota em

casos esporádicos, o que pode assustar segmentos conservadores das classes médias, por exemplo, se deve menos à própria conduta dos trabalhadores do que a defeitos institucionais. O encaminhamento correto das reivindicações econômicas dos assalariados deveria realizar-se no quadro da autonomia sindical». De igual forma, crê o professor Pedro Demo que o sindicato possa ser um ponto de equilíbrio na sociedade.

Acentua ainda o professor Fernando Dias que «a autonomia absoluta ante o Estado é utópica. Mas os sindicatos deveriam ter o máximo de capacidade de autogoverno, dentro de amplos limites traçados pela sociedade política. Só assim, os trabalhadores alcançarão o necessário grau de amadurecimento político. A falta de autonomia sindical foi herdada do Estado Novo e reforçada nos últimos anos. E tem sido responsável por lideranças não legitimadas pelo apoio e pelo respeito dos sindicalizados, como ocorreu em alguns sindicatos da construção civil».

«No Brasil, os sindicatos sempre tiveram uma preocupação maior com as reivindicações salariais por causa da inflação. A partir de 64, quiseram que os sindicatos tivessem por finalidade a assistência social. Assim se alguém precisasse fazer um tratamento dentário deveria procurar o sindicato. Mas essa não pode ser a única finalidade do sindi-

cato», comenta o professor Dêrcio Munhoz. E, citando a Alemanha como exemplo da situação dos sindicatos em outros países, mencionou o fato de naquele país já se pensar na participação daquelas entidades na gestão das empresas. No Brasil, isto seria difícil, pelo menos segundo o ministro Murillo Macedo, que, na abertura da Semana de Estudos da Realidade Brasileira, declarou que: «a congestão e a participação nos lucros das empresas seriam o caminho aberto e rasgado para a socialização das empresas».

O professor Fernando Correia Dias registra ainda, «como fatos novos e auspiciosos: a ausência de apelo demagógico entre os líderes e a consciência de que o cerne da questão se encontra na conquista da autonomia sindical. «Mas Lula, citado por ele como «paradigma das lideranças autênticas impostas pela organização da classe operária», em palestra proferida no 1 Congresso sobre Sindicalismo no Brasil, promovido pela Associação Paulista de Administração de Pessoal, APAP, disse que só um trabalho conjunto dos trabalhadores e dos empresários conseguirá mudar a estrutura sindical no Brasil, e culpou o governo pela atual situação do sindicalismo brasileiro, responsabilizando tanto os trabalhadores quanto os empresários por não se empenharem firmemente com vistas a esta mudança».

Teresa Cristina Pimenta.

O que pensa o governo

Os reajustes semestrais, na opinião do Secretário das Relações do Trabalho, Alencar Rossi, poderão elevar o nível das negociações entre empregados e empregadores. Diminuindo a insatisfação dos trabalhadores, acredita ele, as questões restritas a aspectos como o dos níveis de produtividade e às cláusulas especiais de condições de trabalho.

CAMPUS: O Sr. associa os movimentos grevistas à abertura política ou crê que a disparidade de salários seria razão suficiente para promovê-los, mesmo sem a abertura?

ALENCAR: Associo os movimentos grevistas diretamente à abertura política, na medida em que ela abriu canais de reivindicação maiores.

CAMPUS: Qual é a posição da Secretaria das Relações do Trabalho em relação aos movimentos grevistas? A priori, todos são considerados ilegais?

ALENCAR: As greves são proibidas se ocorrem em setores essenciais, como por exemplo, o setor de petróleo, bancos e carga e descarga. Quando as greves não ocorrem nesses setores, cabe ao Poder Judiciário decidir sobre a legalidade ou não desses movimentos. Mas têm havido greves legais no País. Se não me falha a memória, a greve dos professores da rede particular do Rio seguiu os trâmites legais. Têm havido também greves legais, quando há falta de pagamento. Mas mesmo nesse caso há necessidade de se obedecer a preceitos legais.

CAMPUS: Qual é a participação dos sindicatos nos movimentos grevistas? Há mais greves nos setores em que os sindicatos estão melhor organizados?

ALENCAR: A participação dos sindicatos nos movimentos grevistas varia muito. Não se pode dizer que as categorias que têm sindicatos mais organizados façam mais greves que as que têm sindicatos menos organizados. O Ministério do Trabalho procura valorizar a representatividade dos órgãos dos trabalhadores, ou seja, os sindicatos. Assim, quando um movimento não tem à frente o sindicato, já tem «meio caminho» para ser considerado ilegal o movimento grevista.

CAMPUS: Em que medida o Sr. acredita que os reajustes salariais semestrais contribuirão para uma satisfação

maior dos trabalhadores? 'Sanada a questão salarial, cessarão as greves?

ALENCAR: Os reajustes semestrais são fundamentais para uma satisfação maior dos empregados, porque além da recomposição salarial, para acompanhar a inflação, há um acréscimo automático, baseado no índice Nacional de Preços no período. Com estes reajustes, haverá uma elevação no nível das negociações entre empregado e empregador, uma vez que elas ficarão restritas a questões de níveis de produtividade e às cláusulas especiais de condições de trabalho, como a do trabalhador-estudante, por exemplo.

CAMPUS: A autonomia sindical, ou seja, o término da tutela poderia fazer com que as greves terminassem?

ALENCAR: Não acredito que a autonomia sindical tenha relação direta com as greves do País. Mas acredito que haverá uma diminuição progressiva da tutela sobre os sindicatos na busca da autonomia sindical.

CAMPUS: O Sr. acha que o sindicalismo brasileiro possa caminhar para a participação dos trabalhadores na gestão das empresas.

ALENCAR: Estamos atravessando uma fase de transição, da qual provavelmente emergirá um novo modelo de sindicalismo para o Brasil. Alguns preferem que esse modelo seja mais calcado nas experiências da Europa, onde a cogestão já existe em alguns países. Outros preferem o modelo americano, onde praticamente ela não existe. Acredito que, atendendo às peculiaridades do movimento sindical brasileiro e sua história, alcançaremos um modelo tipicamente brasileiro. Para isso, é indispensável a participação de todos os segmentos sociais e das entidades de classe na elaboração da nova legislação trabalhista, o que já temos solicitado. A partir da publicação do anteprojeto da CLT temos recebido contribuições muito ricas.

CAMPUS: As lideranças como a de Lula são um estímulo às greves? Há preocupações do governo com a existência de muitos Lulas?

ALENCAR: O governo não teme as lideranças e não é contrário a elas, principalmente, se estão preocupadas realmente com reivindicações de caráter trabalhista.

UnB retirará 477 do regimento

O Regimento Geral que regulamenta questões disciplinares dentro da Universidade de Brasília vai ser modificada. As principais mudanças, adiantou o Decano de Assuntos Comunitários, Professor Luiz Otávio Moraes, estão em retirar as referências ao decreto-lei 477, como faz o artigo 164 do atual regimento, e ao registro das sanções no histórico escolar (Art. 160, parágrafo 1º, inciso V).

A modificação obedecerá as instruções da portaria do MEC, de 24 de agosto, que dispõe normas sobre a aplicação da Lei 6680, que revogou o Decreto-Lei 477 e que também define o prazo de seis meses para a entrega ao Conselho Federal de Educação dos estatutos e regimentos já adaptados.

O Diretor do Departamento de Assistência ao Estudante do Ministério, Hécio Saraiva, explicou que as Universidades deverão fazer as alterações observando que o regime disciplinar deve ser antes de tudo educativo e não coercitivo, e que o estudante deve ter garantidos seus direitos básicos, que são: direito de defesa, conhecimento *a priori* das penalidades e das faltas correspondentes e nenhuma sanção registrada em seu histórico escolar. A portaria, ao contrário do Decreto-Lei 477, exige ainda gradação das penas previstas pelas instituições de ensino.

Afirmou Saraiva que nenhum aluno poderá ser punido pelas antigas normas sem que isso seja considerado ilegal, apesar de nenhuma

Universidade já ter modificado seus Regimentos Disciplinares. Acrescentou, ainda, que o MEC está empenhado em promover um diálogo levado à exaustão entre o corpo discente e os órgãos acadêmicos das Universidades, palavras que disse serem do ministro Eduardo Portela.

Na UnB, Luiz Otávio Moraes disse que os principais pontos em que o atual regimento já corresponde à portaria estão na gradação das sanções disciplinares (Art. 160), no pleno direito de defesa (Art. 161), na verificação das faltas por Comissão designada pelo reitor, integrada por três professores e um aluno (Art. 161 § 1º). Com relação a este último item, as normas da Portaria, em contraste com o 477, segundo o qual qualquer funcionário poderia apurar o caso, exige uma definição das autoridades competentes para exercer aquelas referidas atividades.

Uma outra semelhança diz respeito ao cancelamento do registro das sanções de advertência e repreensão após um ano sem que ocorra reincidência (Art. 8º, parágrafo único da Portaria). O Regimento da UnB (Art. 160 § 2º) enuncia que se o aluno ficar após quatro períodos letivos — dois anos — sem qualquer punição as sanções de repreensão e suspensão devem ser retiradas do histórico. Este artigo certamente vai desaparecer pois choca-se com a proibição de registrar qualquer penalidade em currículo. Porém, a UnB já cancelava registros de punição

antes que isso fosse regulamentado pelo MEC.

Ao comparar o Regimento Geral da UnB com as normas do MEC, o Decano de Assuntos Comunitários disse que no caso das suspensões o aluno está sendo mais beneficiado pelas novas determinações que pelo Regimento, já que este não indica inquérito a suspensões por menos de trinta dias e as normas do MEC são explícitas ao determinar inquérito para qualquer punição que implique o afastamento das atividades acadêmicas.

Observou o Decano que o mesmo acontece no caso do registro no histórico escolar. Alunos com sanções registradas no currículo quando pedem transferência geralmente encontram enorme dificuldade para matricular-se em outras Universidades quando não têm suas matrículas negadas — prejudicando, por consequência, seus estudos. Um dos principais motivos dessa mudança é impedir que o estudante seja punido duas vezes pelo mesmo motivo, (o que em direito se dá o nome de «bis in idem») uma vez que as sanções disciplinares dizem respeito às instituições de ensino, individualmente.

Existe um recurso nos Regimentos da UnB ao qual a Portaria não faz referência. Trata-se do efeito suspensivo, usado no caso de infrações que exigem afastamento. Se um aluno que foi sentenciado em uma suspensão de 30 dias, por exemplo, entrar com o recurso, o cumprimento da sanção é imediatamente paralisado até nova conclusão, o que per-

mitem, em certos casos, que o aluno conclua os semestres normalmente. Casos semelhantes ocorreram durante a greve de 1977.

Um dos itens da Portaria que Luiz Otávio Moraes considera «um tanto esotérico» é a referência ao patrimônio moral, científico e material de uma universidade (Art. 2º letra B). Ele disse que esta alínea confunde coisas específicas com genéricas. O patrimônio material é específico da Universidade de Brasília enquanto que o moral, científico e cultural não o são, mas da sociedade. Portanto, enquadrar um aluno numa infração ao patrimônio moral da UnB é uma tarefa um tanto subjetiva.

O Decreto-Lei 477, segundo Moraes, foi «do tipo se-correr-o-biocho-pegar-se-ficar-o-bicho-come para muitos reitores», pois quase todos os que aplicaram este Decreto-Lei e também os que foram exonerados por não querer aplicá-lo viveram esse impasse. De um lado o Art. 3º § 4º que enquadrava nas mesmas sanções destinadas aos infratores do Decreto e também no Art. 319 do Código Penal o dirigente da Universidade que se recusasse a usá-lo e do outro a opinião pública que condenava fortemente tal atitude. Além disso, se fosse feito um levantamento, as universidades que usaram o 477, na época em que foi decretado — 1969, não dispunham de normas disciplinares e portanto passaram a adotar o Decreto-Lei, na íntegra, como único Regimento.

Maria Aparecida Fernanda

PRIMEIRA PÁGINA

VISTA POR FUTUROS JORNALISTAS

O ambiente numa redação de jornal é altamente dinâmico, agitado e estimulante. Principalmente no momento em que se fecha a primeira página. E mais ainda no dia 22 de agosto, quando foi aprovado o projeto da ANISTIA, e o *Jornal de Brasília* procurava modificar a diagramação fixa da sua primeira página pela excepcionalidade da ocasião.

Foi isto o que notou o grupo de alunos do curso de Edição Jornalística, do Departamento

de Comunicação, que visitou o *Jornal de Brasília* para colher informações sobre a elaboração da primeira página. Os estudantes foram orientados pelo Editor-Chefe Francisco Baker e pelo Chefe de diagramação Aírton Maia.

Segundo os alunos, o JBr. pretende ser um jornal independente e dirigido à elite, com o objetivo principal de antecipar e interpretar os fatos importantes.

Uma outra turma de Edição Jornalística que compareceu ao *Correio Braziliense* foi recebida pelo Secretário de Redação Ronaldo Junqueira e por Renato Riella e João Batista de Abreu, redatores da primeira página. Os estudantes estiveram presentes à reunião que visa escolher, após a triagem feita por Francisco Maia (coordenador de distribuição), as principais matérias a serem enquadradas na primeira página.

De acordo com as informações colhidas pelos futuros comunicadores, o *Correio Braziliense* procura ser um jornal popular, atingindo todo tipo de público e fornecendo o maior número de informações possíveis.

Todos os alunos foram unânimes em afirmar que a experiência foi bastante válida, fazendo-os ver a ideologia e a diferença de pontos-de-vista de cada jornal.

TEATRO NACIONAL SO REABRIRÁ EM 1980

Somente em janeiro de 1980 estarão concluídas as obras do Teatro Nacional de Brasília nelas se aplicando mais de 80 milhões de cruzeiros. Já liberados, a Fundação Cultural do Distrito Federal assegura que, então, o Teatro será mais uma vez inaugurado e estará funcionando para valer no ano que vem.

O Teatro Nacional foi fechado novamente ao público devido à necessidade das obras serem terminadas sem afetar o sistema de elevadores, refletores e todo o maquinário já instalado, desde o dia 3 de julho.

Segundo Rubens de Oliveira, administrador do teatro, para a sua conclusão, necessariamente o teatro voltaria a um estado de obras. Embora o anexo, a parte inacabada do prédio tenha uma outra entrada, fique em um nível diferente de solo e apresente apenas uma parede em comum com o teatro, precisaria ser aberto novo canteiro de obras. Operários e caminhões trafegariam pelo local durante todo o tempo. Tudo isso fatalmente prejudicaria a parte já concluída do teatro, as obras estiveram totalmente paradas enquanto o teatro esteve aberto ao público.

O Teatro Nacional foi inaugurado mais uma vez - a terceira - em março deste ano, pouco antes da mudança de governo. Da reinauguração feita pelo ex-governador Elmo Serojato até o princípio de julho o teatro funcionou precariamente, quando então o novo governador, Aimé Lemaire, e a Fundação, administradora do teatro, optaram pelo seu fechamento total.

As três salas que compõem o teatro - Martins Pena, Villa-Lobos e Alberto Nepomuceno - foram concluídas no prazo previsto, embora o anexo, onde funcionará a parte administrativa do teatro, não o tivesse sido.

Além disso, quando foi inaugurado, o teatro não contava com qualquer infraestrutura de manutenção, não só por inexistir um quadro definido de funcionários mas também por faltarem verbas para a manutenção adequada.

Contudo, pouco mais de um mês depois de fechado, o teatro foi reaberto durante uma noite, para cumprir compromissos assumidos com a «Air France Show» com o balé «Folies d'Opéra de Paris».

Joelita de Freitas Araujo

Segundo pintor, mercado de arte é feito na base dos secos e molhados



O mercado de arte no Brasil devia ser organizado de tal forma que permitisse o acesso do consumidor ao artista e vice-versa. Porém o que acontece com frequência é a comercialização da arte na base dos secos e molhados. Se um colecionador deseja adquirir um quadro de Di Cavalcanti, o marchand procura a obra de arte em leilões ou em qualquer outro local e a vende por um preço exorbitante. Não existe o menor investimento de risco para o marchand neste negócio, afirma Sérgio Telles.

Os trabalhos do artista estiveram expostos na galeria de arte Oscar Seraphico, no período de 30 de agosto a 17 de setembro. As obras são feitas com óleo sobre tela e cartão e algumas litografias. A maioria dos trabalhos foram produzidos em 1978

e 79; os cenários utilizados são de Paris, Portugal e Brasil.

Acrescenta, ainda o pintor que lamenta muito a confusão estabelecida entre arte e decoração. Na sua opinião menos de 1% dos colecionadores adquire uma obra de arte porque deseja acompanhar o trabalho do artista; a maioria dos consumidores quer um quadro que combine com o sofá e não lhe importa quem fez, quando fez e porque fez. «Inclusive, certa vez me encomendaram um quadro que combinasse com o tom da cortina», diz ele.

O artista nasceu em 1936 e começou a estudar pintura aos 9 anos de idade. Além da carreira artística é conselheiro do Itamaraty, em Paris, onde reside atualmente.

Valda Maria de Queiroz

MARCHAND DIZ

BRASÍLIA NÃO CONHECE ARTE

«Noventa por cento da população de Brasília são completamente analfabetos em arte. O povo que chegou à capital no início de sua fundação se enriqueceu financeiramente, mas em termos de cultura não evoluiu nada», afirma Oscar Seraphico, proprietário da galeria de arte que tem o seu nome. E exatamente por isso que o mercado de arte em Brasília é instável e inseguro, em sua opinião.

Luiz Costa, 22 anos, da Parnaso Galeria de Arte, inaugurada há oito meses, sente da mesma forma a insegurança do mercado local. Enfatiza a necessidade dos habitantes de Brasília serem educados para a arte, acrescentando que as empresas que tanto se preocupam em presentear o seu público nas festas de fim de ano deveriam substituir o uísque importado por uma gravura.

Embora a capital tenha nascido de um projeto de arte e tenha sido enriquecida artisticamente com os painéis de Athos Bulcão, localizados no Teatro Nacional e Cine Brasília, como lembra Luiz Costa, a comercialização da arte é recente. A primeira galeria profissional foi lançada em 1974. Vale registrar que, desde 1967, poucos artistas ambulantes já apresentavam seus trabalhos nos salões da Câmara e em clubes.

Atualmente existem quatro galerias profissionais e 12 salões de arte de entidades educacionais, culturais e comerciais. Nestes locais, e principalmente nas galerias profissionais, a maioria dos trabalhos expostos são de artistas de outros estados do país, sobretudo do eixo Rio-São Paulo. Oscar Seraphico disse que não dispõe de tempo para incentivar os talentos surgidos em Brasília, embora ultimamente tenha descoberto o pintor Cesar Brito e tenha dado todo apoio ao seu lançamento no mercado.

A Parnaso, com seus oito meses de existência já expôs trabalhos de três artistas locais. Vai organizar, ainda neste final de ano uma coletiva de trabalhos de artistas brasilienses que nunca expuseram suas obras em uma galeria profissional. Luiz Costa frisou que tem todo interesse em incentivar os artistas de Brasília, mas não tem estrutura para lançar muitos deles no mercado, porque o investimento é ariscado.

Oscar Seraphico e Luiz Costa compartilham do ponto de vista de que quem consome arte é um pequeno público que ocupa cargos em comissão no Governo Federal. Luiz Costa disse que os funcionários do Itamaraty são muito ligados à arte, embora apenas as gravuras sejam acessíveis ao seu bolso, pois os salários são em geral muito baixos. Estes colecionadores vieram transferidos dos grandes centros e tiveram oportunidade de conviverem com os movimentos artísticos difundidos no Rio, São Paulo, Recife, Porto Alegre e outros países.

Na opinião dos marchands, montar uma galeria de arte em Brasília é financeiramente, um péssimo negócio; quando não apresenta «deficits», os lucros que são obtidos cobrem apenas as despesas de aluguel e pessoal. Oscar Seraphico, 40 anos, 15 de experiência no ramo e 6 de galeria, diz que, todo ano tem esperanças de que retorne algum lucro, e sua expectativa até o momento não foi correspondida.

Luiz Costa argumenta que neste período de funcionamento da galeria não houve retorno financeiro. Sua gratificação - diz ele - é que o trabalho desenvolvido na Parnaso tem sido apontado como um trabalho sério.

INFORMAÇÃO

Sérgio Telles, pintor brasileiro, 34

anos de experiência no setor, acha que ao comprar um objeto de arte, o colecionador devia receber informações detalhadas acerca do artista e seu trabalho artístico. O que acontece no nosso mercado é o consumidor correr atrás de determinado tema, como por exemplo, a mulata do Di Cavalcanti. O consumidor devia ter a consciência de que ter uma obra de arte em casa é um compromisso com a história da cultura brasileira. Que tem obrigação de criar toda uma informação sobre o pintor e seu trabalho é o «marchand», e ele raramente edita um livro sobre o artista. «O meu sentimento de pintor brasileiro é que o artista e sua obra são objetos de um mercado essencialmente especulativo», afirma Sérgio Telles.

Não há praticamente diferença de preço nos mercados de Brasília, Rio e São Paulo. Segundo Oscar Seraphico e Luiz Costa, aqui, há uma pequena redução de preço na importância a ser paga. Os bons artistas diminuem muito pouco os seus preços. Oscar Seraphico acrescenta que não dá desconto em obra de arte, é um desprestígio ao trabalho artístico. «Uma galeria, diz ele, não é uma feira onde se pechincha o produto».

Em vista disso, Oscar Seraphico afirma que vender um quadro para o redutivo público de Brasília, 5 ou 10% que visitam a galeria, é uma batalha, acaba fazendo um trabalho doutrinário, uma catequese. «Esse público não sabe nem o que é uma gravura, pensam que é uma reprodução em off-set, feita na gráfica. Eles rejeitam os desenhos, porque acham que uma obra de arte não ser emoldurada com vidro».

Acrescentam ainda, que embora o negócio de arte não seja lucrativo, por

outro lado eles têm oportunidade de desenvolver um trabalho de conscientização desse povo carente de conhecimentos artísticos. Além disso, os contatos com os artistas e com público proporcionam muito prazer e gratificação no exercício dessa profissão.

Entretanto, conforme disse Sérgio Telles, o mercado de arte é, em princípio bom para o «marchand». Para expor seus trabalhos em determinada galeria, o artista assume todas as despesas, até os 30% de comissão do «marchand».

Faz parte dos planos de Oscar Seraphico fundar uma escola de gravura, ocasião em que serão convidados os grandes mestres da gravura brasileira para ministrarem o curso.

A Parnaso, também, desenvolve outras atividades culturais como lançamentos de livros. Pretende ainda promover debates, exibir filmes e organizar cursos de artes plásticas.

«Uma galeria de arte não tem a menor proteção por parte do Governo, não há uma lei que garanta sua sobrevivência e discipline sua atividade. A profissão de «marchand», não foi sequer lembrada por ninguém neste país para ser reconhecida, lembram os «marchands».

Outro grande problema, segundo os «marchands», refere-se aos leilões que são realizados em Brasília; eles contribuem muito para deseducar o povo. Conforme disse Oscar Seraphico, são restos de obras recusadas em outros mercados do país, e terminam por atrair o público, «principalmente às madames que, enfeitadas de peles e jóias vão disputar os trabalhos e exibir seu dinheiro e sua vaidade».

Valda Maria de Queiroz
79/40475

CAMPUS

JORNAL-LABORATÓRIO

UNIVERSIDADE

DE BRASÍLIA (UnB)

DEPARTAMENTO

DE COMUNICAÇÃO N° 25

AGOSTO 1979

Publicação mensal do Departamento de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB). Edição e Programação Visual a cargo das disciplinas «Técnicas de Jornal e Periódico I» «Edição Jornalística» e «Paginação de Comunicação», Universidade de Brasília (UnB), Campus Universitário, Asa Norte, 70.000 Brasília, DF.

Diagramação: Turma A - Sandra Doná Sol, Teresa Cristina Pimenta, Maria Tereza Fiuzza, Luiz Belotti, Maria Cristina Cortes, Neila Sílvia M. de Oliveira, Margareth Fieko, Carlos Roberto Campetti, Adriano Machado Lafetá, José Carlos S. Seixas e Gioconda Guedes.